

Sumário

Nota dos autores à 13ª edição	7
Nota dos autores à 7ª edição	9
Prefácio	13

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	45
1. Direitos a uma prestação e execução	45
2. Direito potestativo e execução	46
3. Conceito de execução	49
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	49
5. Execução imprópria	51
6. Classificação da execução	52
6.1. Execução comum e execução especial	52
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	53
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	53
6.4. Execução direta e execução indireta	54
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	60
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução	62
7.1. Cognição na execução	62
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo	64
7.3. Coisa julgada	66
 Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	71
1. Princípios da execução	71
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	71

1.2.	Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	73
1.3.	Princípio da boa-fé processual	74
1.4.	Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	74
1.5.	Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	77
1.6.	Princípio do contraditório	82
1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	84
1.8.	Princípio da cooperação	87
1.9.	Proporcionalidade	88
1.10.	Princípio da adequação	90
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução	91
2.	Regras fundamentais do processo de execução	92
2.1.	Regra de que não há execução sem título (<i>nulla executio sine titulo</i>)	92
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	93
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	95
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	97
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	97
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	98
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	98
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	101

Capítulo 3 ► **Tipicidade e atipicidade dos meios executivos..... 105**

1.	Introdução	105
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e <i>standards</i> para a compreensão do tema	107
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	107
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	108
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	111
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	116
2.5.	Crítérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	118
2.6.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	127
2.7.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	131
2.8.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício	131

2.9.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	134
2.10.	Proibição de o juiz impor, <i>ex officio</i> , como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	136
2.11.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	137
2.12.	A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	137
2.13.	A prisão civil como medida atípica.....	139
2.14.	A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	145
2.15.	Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	146
2.16.	Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	147
2.17.	Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp	150
2.18.	Combinação de medida executiva atípica e sanção por comportamento processual ilícito.....	151
3.	Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	152

Capítulo 4 ► **Formação do processo de execução..... 155**

1.	Considerações iniciais	155
2.	A demanda executiva	156
2.1.	Noções de demanda e de demanda executiva.....	156
2.2.	Elementos objetivos da demanda executiva	157
2.2.1.	Causa de pedir.....	158
2.2.2.	Pedido	158
2.3.	A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	161
2.4.	Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	167
3.	Petição inicial	172
3.1.	Introdução	172
3.2.	Requisitos de validade.....	173
3.2.1.	Requisitos gerais.....	173
3.2.2.	Documentos indispensáveis	175
3.3.	Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	176
3.3.1.	Generalidades.....	176
3.3.2.	Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário	178
3.3.3.	Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	180

3.3.4.	Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	180
3.3.5.	Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia.....	181
3.3.6.	Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	183
3.3.7.	Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	185
3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	186
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	187
3.3.10.	Intimação do credor de obrigação <i>propter rem</i> vinculada ao bem penhorado	188
3.3.11.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	189
3.3.12.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado	189
3.3.13.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento.....	191
3.3.14.	O caso do bem gravado com servidão.....	192
3.3.15.	O possuidor conhecido do bem penhorado	193
3.3.16.	Quadro esquemático	194
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	199
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	200
4.	Efeitos da litispendência executiva	202
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	203
4.2.	Interrupção da prescrição	203
4.3.	Prevenção	205
4.4.	Litispendência	205
4.5.	Litigiosidade do objeto	205
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	205
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	207
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	207
5.1.	Introdução	207
5.2.	Título executivo.....	207
5.3.	Afirmção do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	208
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	208
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	210
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	212
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	213
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento.....	213

5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC	214
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar.....	218
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplimento	219
5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	220
5.3.4.6.	A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplimento.....	221
5.3.5.	Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	223
5.3.6.	Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução	228

Capítulo 5 ► **Liquidação de sentença**233

1.	A decisão ilíquida	233
2.	Conceito de liquidação.....	234
3.	Liquidação de título judicial: terminologia.....	236
4.	Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental.....	238
4.1.	Introdução	238
4.2.	A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	238
4.3.	O processo de liquidação.....	239
4.4.	A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	240
5.	Legitimidade para requerer a liquidação	242
6.	Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	242
7.	Liquidação da sentença arbitral	243
8.	Momento para requerer a liquidação.....	244
8.1.	Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	244
8.2.	Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida.....	246
8.3.	Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	246
9.	Prescrição e liquidação	247
10.	A cognição na liquidação	248
10.1.	A regra da fidelidade ao título	248
10.2.	A matéria de defesa na liquidação.....	249
11.	Espécies de liquidação.....	250
11.1.	Introdução	250
11.2.	A liquidação por arbitramento	251
11.3.	A liquidação pelo procedimento comum.....	256
12.	Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o <i>non liquet</i>	259
13.	A liquidação contra a fazenda pública	266
14.	Decisão e recurso na liquidação de sentença	266
15.	Liquidação de sentença e verbas de sucumbência	268

Capítulo 6 ► Título executivo	271
1. A necessidade e a importância do título executivo	271
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	272
3. A taxatividade dos títulos executivos	276
4. Atributos da obrigação representada no título executivo	278
5. Rol de títulos executivos judiciais	281
5.1. Considerações gerais	281
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação	281
5.2.1. Generalidades	281
5.2.2. Decisão declaratória como título executivo	282
5.2.3. Decisão constitutiva como título executivo	285
5.3. Decisão que homologar autocomposição judicial	289
5.4. Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	290
5.5. Formal e certidão de partilha	291
5.6. Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	292
5.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado	293
5.7.1. Generalidades	293
5.7.2. Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	294
5.8. Sentença arbitral	300
5.8.1. Generalidades	300
5.8.2. O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	301
5.9. Decisão estrangeira homologada pelo STJ	302
5.10. Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo STJ	303
6. Títulos executivos extrajudiciais	303
6.1. Considerações gerais	303
6.2. Títulos de crédito	303
6.2.1. Generalidades	303
6.2.2. Letra de câmbio	306
6.2.3. Nota promissória	307
6.2.4. Duplicata	307
6.2.5. Debênture	310
6.2.6. Cheque	311
6.3. Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	312
6.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	313
6.5. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal	315

6.6.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	316
6.7.	Contratos garantidos por caução	317
6.8.	Contratos de seguro de vida em caso de morte	318
6.9.	O crédito decorrente de foro e laudêmio	320
6.10.	O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	320
6.11.	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	322
6.12.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	324
6.13.	A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	325
6.14.	Demais títulos	326
6.15.	Negócios processuais e título executivo extrajudicial	328
6.16.	Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	330
6.17.	Título executivo estrangeiro	330
Capítulo 7 ► Partes		333
1.	Legitimação ativa	333
2.	Legitimação passiva.....	338
3.	Litisconsórcio na execução	341
4.	Intervenção de terceiro na execução	343
4.1.	Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	343
4.2.	Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	345
Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial.....		347
1.	Considerações iniciais	347
2.	Obrigação e responsabilidade.....	348
2.1.	Visão dualista.....	348
2.2.	Visão unitarista.....	351
2.3.	Visão adotada.....	356
3.	Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC).....	357
3.1.	Generalidades	357
3.2.	Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC)	358
3.3.	Bens do sucessor a título singular (arts. 789 e 790, I, CPC)	362
3.4.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC).....	365

4. Responsabilidade secundária.....	365
4.1. Bens do cônjuge ou companheiro.....	365
4.1.1. Consideração introdutória	365
4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	365
4.1.3. Dos bens próprios ou particulares	371
4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	372
4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC).....	374
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais.....	380
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	383
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC)	385
7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	388
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	389
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	393

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça.....397**

1. O princípio da boa-fé na execução	397
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	398
3. Fraude contra credores.....	399
4. Fraude à execução.....	406
4.1. Generalidades	406
4.2. Pressupostos	409
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	409
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	411
4.2.2.1. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	411
4.2.2.2. Existência de averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC)	416
4.2.2.3. Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC)	419
4.2.2.4. Outros casos de fraude à execução.....	422
4.3. Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	422
4.3.1. Nota introdutória	422
4.3.2. Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	422

4.3.3. Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	426
5. Quadro comparativo	429
6. Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015).....	430
7. Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	434
8. Averbação da Certidão de Dívida Ativa (art. 20-B, Lei 10.522/2002).....	435
9. Atos atentatórios à dignidade da justiça	436
9.1. Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	436
9.2. <i>Contempt of court</i> na execução	440
9.2.1. Generalidades	440
9.2.2. Hipóteses legais.....	442
9.2.3. Ilícito não danoso	446
9.2.4. Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	446
9.2.5. A punição	447

Capítulo 10 ► **Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial.....449**

1. Generalidades.....	449
2. Honorários no cumprimento da sentença.....	450
2.1. Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	450
2.2. Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	451
2.3. Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	452
2.4. Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	454
2.5. Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	458
3. Honorários na execução fundada em título extrajudicial	458
3.1. Regras gerais.....	458
3.2. Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública	460
3.3. Honorários na execução fiscal.....	461
4. Honorários no âmbito recursal	465

Capítulo 11 ► **Suspensão da execução467**

1. O curso do processo e seus momentos de crise	467
2. Suspensão da execução	468

3. Causas de suspensão da execução	469
3.1. Hipóteses dos arts. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	469
3.2. Embargos à execução	470
3.3. Não localização do executado ou de bens penhoráveis	470
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial	475
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	475
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	476
5. Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	476
Capítulo 12 ► Extinção da execução	477
1. Generalidades	477
2. Indeferimento da petição inicial	478
3. Satisfação da obrigação	478
4. Outras causas de extinção da obrigação	480
5. Prescrição, intercorrente ou não	480
6. Extinção da execução sem análise do mérito	484

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais	489
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	489
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	491
3. Prazo para o cumprimento da sentença	495
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)	497
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	497
Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença.....	499
1. Generalidades.....	499
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária.....	499
3. Competência para a execução da sentença.....	502
3.1. Regra geral.....	502
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	503

3.3.	A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	505
3.4.	Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	507
3.5.	Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	508
4.	Competência para a execução de sentença arbitral.....	509
5.	Competência para a execução de sentença estrangeira.....	510
6.	Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	512
7.	Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo.....	513
8.	Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	514
9.	Competência para a execução individual de sentença coletiva	516
10.	Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	516

Capítulo 15 ► **Cumprimento provisório.....519**

1.	Consideração introdutória	519
2.	Fundamentos.....	519
3.	Cabimento.....	520
4.	Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	522
4.1.	Generalidades	522
4.2.	Requerimento do exequente	523
4.3.	A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	525
4.4.	Impugnação do executado	527
4.5.	Autuação separada	529
4.6.	Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	530
4.7.	Responsabilidade objetiva do exequente	531
4.8.	Caução.....	533

Capítulo 16 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de quantia.....539**

1.	Generalidades	539
2.	Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	540
3.	A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	546
4.	Incidente de apuração do valor do crédito	549
4.1.	Controle do valor exequendo pelo juiz	549
4.2.	Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	550
5.	Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	554
6.	A impugnação ao cumprimento da sentença	558
6.1.	Noção e natureza jurídica	558
6.2.	A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente <i>secundum eventum defensionis</i>	559

6.3.	Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	560
6.4.	Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	562
6.5.	A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	562
6.6.	Conteúdo	566
6.6.1.	Observação inicial	566
6.6.2.	Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	566
6.6.3.	Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	568
6.6.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	568
6.6.5.	Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpre- tação tidos pelo STF como inconstitucionais (art. 525, §§ 12-14, CPC)	569
6.6.5.1.	Generalidades	569
6.6.5.2.	Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	572
6.6.5.3.	Direito transitório	572
6.6.6.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	574
6.6.7.	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	574
6.6.8.	Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	577
6.6.9.	Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	577
6.6.10.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como paga- mento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	578
6.6.11.	A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	579
6.7.	Desistência da execução e consentimento do executado	580
6.8.	Efeito suspensivo da impugnação	580
6.9.	Réplica	582
6.10.	Julgamento e coisa julgada	582
7.	As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	584
8.	A possibilidade de averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	584
9.	Protesto de sentença	585

Capítulo 17 ► **Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro591**

1.	A tutela jurisdicional.....	591
1.1.	Acepções	591
1.2.	A tutela jurisdicional diferenciada.....	592
1.3.	Espécies de tutela jurisdicional.....	594

1.3.1.	Definitiva e provisória	594
1.3.2.	Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	595
1.3.3.	Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	595
1.4.	Classificação da tutela específica	596
1.4.1.	A distinção entre ilícito e dano	596
1.4.2.	A tutela inibitória	599
1.4.3.	A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	602
1.4.4.	A tutela ressarcitória	604

Capítulo 18 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer 607

1.	Introdução	607
2.	Abrangência do art. 497 do CPC	608
3.	A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente	611
4.	A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	614
4.1.	Introdução: a tutela específica como direito do credor	614
4.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites	615
4.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	617
4.4.	A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução	621
4.5.	Procedimento da conversão em perdas e danos	622
4.5.1.	Momento da conversão	622
4.5.2.	Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos	624
5.	As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	625
5.1.	Introdução	625
5.2.	As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta	626
5.3.	A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	626
5.4.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	629
5.5.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	630
6.	Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	631
7.	O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta	632
8.	A multa coercitiva	633
8.1.	Natureza jurídica e beneficiário	633

8.2.	Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa	637
8.2.1.	Prazo para cumprimento voluntário da ordem	637
8.2.2.	Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	638
8.2.3.	Alteração do valor e da periodicidade da multa	643
8.3.	Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	645
8.4.	Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de <i>suppressio</i>	649
8.5.	Destinatário da multa	652
8.6.	Imposição da multa à Fazenda Pública.....	655
8.7.	Possibilidade de cumulação com a multa por <i>contempt of court</i> (art. 77, § 2º, CPC)	657
8.8.	Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	661
8.9.	Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	661
8.10.	Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo.....	663
9.	A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica.....	666
10.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	666
11.	Procedimento	667
11.1.	A execução como fase do procedimento	667
11.2.	A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão.....	668
11.3.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	669
11.4.	A medida executiva e sua incidência.....	672
11.5.	A defesa do devedor durante a fase de cumprimento.....	674
12.	Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC)	675

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....679**

1.	Introdução.....	679
2.	A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	680
3.	A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	680
3.1.	Regra geral.....	680
3.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	681
3.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica.....	682
3.4.	Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos	683
3.4.1.	Introdução.....	683
3.4.2.	Obrigação de dar ou de restituir coisa certa.....	683
3.4.3.	Obrigação de entregar coisa incerta	685

3.4.4. Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse.....	686
3.5. Momento da conversão em perdas e danos.....	687
3.6. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	687
4. Procedimento	689
4.1. Introdução	689
4.2. Deflagração a requerimento ou de ofício.....	689
4.3. Fase inicial e fase de execução forçada.....	690
4.4. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	690
4.5. Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência	691
4.6. Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa.....	693
5. A defesa do executado.....	693
5.1. Momento, forma e conteúdo	693
5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	694
6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....	697
7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro	701

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública703**

1. Regime jurídico.....	703
2. Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública	705
3. A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....	708
4. Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	712
5. Os créditos de natureza alimentícia.....	713
6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	718
7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório	719
8. A lei n. 13.463/2017 e o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais.	723
9. Sequestro: natureza e objeto.....	725
10. Intervenção federal e estadual.....	728
11. Casos de dispensa de precatório	729
12. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para pessoas idosas, para pessoas com doença grave e para pessoas com deficiência.....	734
13. Utilização de crédito de precatório.....	738
14. Parcelamento e financiamento de precatórios	740
15. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	743
16. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública.	744

17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 62/2009	746
18. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016	749
19. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 99/2017 e alterado pela EC nº 109/2021	751
20. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a Fazenda Pública	754

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia** 757

1. Panorama sobre as espécies de alimentos	757
1.1. Noções iniciais.....	757
1.2. Classificação	758
1.2.1. Quanto à origem.....	758
1.2.2. Quanto à estabilidade	759
1.2.3. Quanto à natureza.....	760
1.2.4. Quanto ao momento.....	761
2. Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	763
2.1. Generalidades	763
2.2. Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, <i>caput</i> e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	765
2.3. Cumprimento de sentença por desconto.....	774
2.4. Cumprimento de sentença por expropriação	777
2.4.1. Nota introdutória	777
2.4.2. Levantamento de dinheiro penhorado	777
2.4.3. Direito de preferência do credor de alimentos	778
3. Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	779

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ► **Competência na execução fundada em título extrajudicial ... 785**

1. Generalidades.....	785
2. Competência da autoridade judiciária brasileira	785
3. Competência interna para execução.....	787
4. Competência territorial	788

5. Execução hipotecária	791
6. Competência para execução fiscal	791
7. Pluralidade de executados com domicílios diferentes	792
8. Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens	792
9. Títulos de crédito emitidos no exterior	793
10. Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento	794
11. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	794

Capítulo 23 ► Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado797

1. Considerações iniciais	797
2. Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	798
2.1. Fase inicial do procedimento executivo	798
2.1.1. Demanda executiva e controle judicial	798
2.1.2. A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	799
2.1.3. Citação na execução	800
2.1.4. Prazo para cumprimento voluntário	801
2.1.5. Posturas do executado após a citação	802
2.1.6. A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	803
2.2. Segunda fase: a execução forçada	807
2.3. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC)	808
3. A defesa do executado	809
3.1. Introdução	809
3.2. Embargos à execução	810
3.2.1. Noção e natureza jurídica	810
3.2.2. Valor da causa	813
3.2.3. Prazo para ajuizamento dos embargos	814
3.2.4. Competência para processamento e julgamento	817
3.2.5. Legitimidades ativa e passiva	819
3.2.6. Intervenção de terceiro	821
3.2.7. Efeitos dos embargos	822
3.2.8. Conteúdo dos embargos	825
3.2.9. Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC)	829
3.2.10. O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos	829
3.2.11. Procedimento	834
3.2.12. Recursos	837

3.2.13. Honorários de sucumbência	838
3.2.14. Desistência da execução e consentimento do executado.....	838
3.2.15. Julgamento e coisa julgada.....	839
3.2.16. Alegação de defesa fundada em fato superveniente	840
3.3. Exceção de pré-executividade	841
3.4. Ações autônomas (defesas heterotópicas).....	844
 Capítulo 24 ► Penhora	851
1. Noções gerais	851
2. Funções	852
2.1. Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	852
2.2. Conservação do bem	854
2.3. Direito de preferência	854
3. Natureza jurídica	855
4. Efeitos	856
4.1. Considerações iniciais	856
4.2. Materiais	857
4.2.1. Alteração do título de posse do devedor	857
4.2.2. Ineficácia relativa dos atos de disposição	858
4.2.3. Reflexos penais	859
4.3. Processuais	860
4.3.1. Individualização dos bens	860
4.3.2. Conservação dos bens penhorados	860
4.3.3. Efeito suspensivo à defesa do executado	860
4.3.4. Direito de preferência	861
5. Objeto da penhora	861
6. Impenhorabilidade	862
6.1. Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	862
6.2. Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento <i>ex officio</i>	866
6.3. Fundamentos da impenhorabilidade	871
6.4. Negócios processuais sobre a penhorabilidade	872
6.5. Hipóteses de impenhorabilidade	874
6.5.1. O <i>beneficium competentiae</i>	874
6.5.2. Bens inalienáveis	875

6.5.3.	Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	876
6.5.4.	Os móveis, pertences e utilidades domésticas que garantem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	877
6.5.5.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	879
6.5.6.	Rendimentos de natureza alimentar	880
6.5.7.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	884
6.5.8.	O seguro de vida	886
6.5.9.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	888
6.5.10.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	889
6.5.11.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	891
6.5.12.	Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários-mínimos)	893
6.5.13.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	894
6.5.14.	Bem imóvel de moradia ("bem de família")	895
6.5.15.	Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	906
6.5.16.	A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	907
6.5.17.	Impenhorabilidade do <i>jus sepulchri</i> , da sepultura e do sepulcro	909
6.5.18.	Penhora de bem dado em garantia real	911
6.5.19.	Impenhorabilidade de próteses	912
6.5.20.	Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	912
6.5.21.	Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia	914
7.	Limites da penhora	915
8.	Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	916
9.	Lugar e tempo da penhora	919
10.	Realização, formalização e intimação da penhora	921
10.1.	Apreensão. Auto e termo de penhora	921
10.2.	Ainda sobre o auto de penhora	922
10.3.	Depósito	924

10.3.1. Noções gerais.....	924
10.3.2. Escolha do depositário	924
10.3.3. Funções do depositário	926
10.3.4. Remuneração do depositário	928
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	928
10.4. Intimação do executado	930
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	930
11. Penhora de imóvel	932
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	933
13. Incidentes da penhora	934
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	934
13.2. Substituição da penhora	936
13.2.1. Nota introdutória	936
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	936
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	939
14. Penhoras especiais	941
14.1. Penhora <i>on-line</i> de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	941
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	945
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	952
14.3.1. Generalidades	952
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867- 869, CPC)	952
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	954
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	957
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	959

Capítulo 25 ► **Avaliação.....963**

Capítulo 26 ► **Adjudicação967**

1. Considerações gerais	967
2. Procedimento	968
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	971
4. Legitimidade para adjudicar	972
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	975

Capítulo 27 ► Alienação	979
1. Conceito e natureza jurídica	979
2. A alienação judicial por iniciativa particular	982
3. Carta de alienação	985
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	987
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	989
6. A alienação por leilão judicial	990
6.1. O leilão e o leiloeiro	990
6.2. O edital	992
6.3. Transferência do leilão	995
6.4. Intimações prévias necessárias	995
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	999
6.6. Conceito de arrematação	999
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	999
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	1001
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	1001
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC).....	1003
6.11. Concurso de pretendentes	1003
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	1005
6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC).....	1005
6.14. Arrematação “perfeita, acabada e irretratável” (art. 903, <i>caput</i> , CPC).....	1006
6.15. Desfazimento da arrematação	1008
6.15.1. Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação.....	1008
6.15.2. Desistência ou resilição unilateral da arrematação.....	1008
6.15.3. Invalidade da arrematação	1010
6.15.4. Resolução da arrematação.....	1012
6.16. Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	1013
7. Efeitos da alienação	1015
7.1. Efeitos no plano material	1015
7.1.1. Título e modo da aquisição.....	1015
7.1.2. Responsabilidade tributária do adquirente	1016
7.1.3. Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	1017
7.1.4. Posse da coisa adquirida	1017
7.1.5. Alienação de bem objeto de locação ou comodato	1018
7.1.6. Purgação dos direitos reais de garantia	1020
7.1.7. Direito aos frutos pendentes do bem	1020
7.1.8. Traspasso dos direitos reais de gozo	1020

7.2. Efeitos no plano processual	1021
7.2.1. Conversão coativa da penhora	1021
7.2.2. Dever de pagar o preço	1021
7.2.3. Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado	1022
8. Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	1022
9. Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	1023
10. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	1025

Capítulo 28 ► **Entrega do dinheiro ao credor** 1029

1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa	1029
2. Entrega do dinheiro ao credor	1029
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras	1031
3.1. Disciplina geral	1031
3.2. Pressupostos	1031
3.3. Natureza jurídica	1036
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	1036
3.5. Questões de alta indagação	1038
3.6. Procedimento	1039
3.7. Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora”	1041

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública** 1043

1. Observação preliminar	1043
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública	1044
3. A defesa da fazenda pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução	1045
3.1. Generalidades	1045
3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos	1047
3.3. Embargos parciais	1047
3.4. Procedimento dos embargos	1048
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	1049
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a Fazenda Pública	1049

Capítulo 30 ► **Execução fiscal**..... 1051

1. Noções gerais.....	1051
-----------------------	------

1.1.	A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa.....	1051
1.2.	Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores e em casos em que há súmula (judicial ou administrativa), precedente obrigatório ou entendimento vinculante.....	1056
1.3.	Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa	1058
1.4.	Protesto de certidão de dívida ativa.	1060
1.5.	Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”	1061
1.6.	Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou responsáveis	1063
2.	As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	1063
2.1.	Legitimidade ativa.....	1063
2.2.	Legitimidade passiva.....	1066
2.3.	Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	1068
2.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	1069
3.	Competência.....	1074
3.1.	Competência da primeira instância.....	1074
3.2.	Competência do STF	1075
3.3.	Competência da Justiça Estadual	1075
3.4.	Competência da Justiça Federal	1075
3.5.	Competência federal delegada	1076
3.6.	Competência da Justiça Eleitoral	1078
3.7.	Competência da Justiça do Trabalho	1078
3.8.	Competência territorial.....	1079
3.9.	Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial	1081
4.	Procedimento	1083
4.1.	Fase inicial	1083
4.2.	Citação na execução fiscal	1085
4.3.	Nomeação de bens à penhora	1087
5.	Penhora na execução fiscal.....	1089
5.1.	Generalidades	1089
5.2.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1091
5.3.	Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1092
6.	Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz	1092
7.	A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN.....	1095

8. Pedido de parcelamento (CPC, art. 916)	1097
9. Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público	1098
10. A defesa do executado	1099
11. Da expropriação na execução fiscal	1107
12. Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal	1109
13. Dos recursos na execução fiscal	1110

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial....1113**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial1119**

1. Considerações iniciais	1119
2. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer	1120
3. Procedimento	1121
3.1. Introdução	1121
3.2. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	1122
3.3. Segunda fase: execução forçada.....	1126
3.3.1. Introdução.....	1126
3.3.2. A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor	1127
3.3.3. A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1129
3.3.4. Conversão da prestação de fato em perdas e danos.....	1134
4. A defesa do executado	1136

Capítulo 33 ► **Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial.....1139**

1. Considerações iniciais	1139
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1140
3. Procedimento	1140
3.1. Introdução	1140
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário.....	1141
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1144
3.4. Segunda fase: execução forçada.....	1147
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1147
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1147
3.5.2. Momento da conversão	1148

3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	1149
4. Defesa do executado	1150
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1151
5.1. Considerações iniciais	1151
5.2. Apuração do valor indenizatório	1153
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1157
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1158
Bibliografia	1161